



Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 07/2021
Período: 13/03/2021 - 19/03/2021
GEDES – UNESP

- 1- Ministro do STF votou contra decretos para flexibilização de armas de fogo
- 2- Deputada federal criticou atuação de militares no governo
- 3- Política ambiental para a Amazônia se assemelha à praticada durante a ditadura militar
- 4- Movimentações indicam afastamento do general Pazuello do Ministério da Saúde
- 5- Deputado que fez apologia à ditadura militar cumprirá prisão domiciliar
- 6- Gastos da Justiça Militar aumentaram consideravelmente em 2020
- 7- Consequências da desastrosa gestão Bolsonaro-Pazuello na área da saúde
- 8- Caça da aeronáutica inicia testes em velocidade supersônica no Brasil
- 9- Justiça autorizou a manutenção de nota publicada pelo governo Bolsonaro exaltando o golpe militar de 1964

1- Ministro do STF votou contra decretos para flexibilização de armas de fogo
De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, votou contra os decretos do presidente da República, Jair Bolsonaro, que ampliam a autorização para posse de armas de fogo, em ação direta de inconstitucionalidade (ADI) apresentada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, Fachin afirmou que a posse "só pode ser autorizada às pessoas que demonstrem concretamente, por razões profissionais ou pessoais, possuírem efetiva necessidade", mas que os decretos falham em comprovar essa necessidade, "transformando-a em uma necessidade apenas presumida, sem lastro sólido na realidade dos fatos". (*Correio Braziliense* - Política - 13/03/21; *Folha de S. Paulo* - Cotidiano - 13/03/21)

2- Deputada federal criticou atuação de militares no governo
Em coluna para o periódico *Folha de S. Paulo*, a cientista política e deputada federal Tabata Amaral (PDT-SP) criticou a atuação de militares em cargos do governo federal. A deputada afirmou que, de acordo com pesquisa do Datafolha de julho de 2019, as forças armadas são a instituição com maior confiança entre a população, mas que "o mito do Exército salvador, capaz de colocar o país nos

trilhos, vem caindo por terra". Segundo Amaral, a forte presença de militares em altos cargos nos ministérios não se traduziu em maior eficácia, citando como exemplos a atuação do Ministério da Saúde no combate à pandemia e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no combate às maiores queimadas que atingiram a Amazônia e o Pantanal nos últimos anos. A deputada destacou que "até mesmo a ideia — ou desejo — de que os militares controlariam o radicalismo de Bolsonaro foi por água abaixo", citando as recentes nomeações de militares para os comandos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e da Petrobras que serviram como alternativas do próprio presidente contra "quem havia tentado barrar os ímpetos populistas e negacionistas". Amaral concluiu afirmando que "esse mito de que a farda sozinha é garantidora de boa gestão, além de extremamente perigoso, é um simples mito. Por isso mesmo precisa cair." (Folha de S. Paulo - Opinião - 13/03/21)

3- Política ambiental para a Amazônia se assemelha à praticada durante a ditadura militar

Em coluna para o periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Alvaro Costa e Silva afirmou que, quando o presidente da República, Jair Bolsonaro, afirma que "a Amazônia é nossa e vamos desenvolvê-la", se refere a uma estratégia desenvolvida pelo regime militar (1964-1985). Segundo o jornalista, em 1967 o então presidente, general Castello Branco, recebeu no Palácio Laranjeiras o empresário americano Daniel Ludwig, e lhe concedeu 3,5 milhões de hectares "para dar início ao Projeto Jari na divisa do Pará com o Amapá". Naquela área funcionou a maior companhia de extração ilegal de madeira do mundo, tendo sido "a mais extensa propriedade do planeta pertencente a uma só pessoa". Costa e Silva afirmou que hoje "o esforço planejado para destruir o verde avança", citando a deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP), "para quem as ONGs estavam por trás dos incêndios na Amazônia", que será a nova presidenta da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, e o novo presidente da Comissão de Minas e Energia, o deputado federal Edio Lopes (PL-RR), que defende o projeto de lei para liberar a mineração em terras indígenas. (Folha de S. Paulo - Opinião - 13/03/21)

4- Movimentações indicam afastamento do general Pazuello do Ministério da Saúde

De acordo com os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, as movimentações políticas indicam a substituição do general Eduardo Pazuello pelo médico cardiologista Marcelo Queiroga no comando do Ministério da Saúde. Segundo o *Correio*, Pazuello possui longa trajetória militar e ocupou o posto de comandante da Brigada de Paraquedistas e da 12ª Região Militar da Amazônia. No dia 16/05/2020, após a renúncia do então ministro da Saúde Nelson Teich, Pazuello assumiu a pasta como ministro interino, sendo apresentado como especialista em logística. Em entrevista à *Veja*, Pazuello declarou que a gestão seria provisória e que logo estaria "voltando para minha tropa". No entanto, o presidente da República, Jair Bolsonaro, efetivou Pazuello no cargo em 16/09/2020. Inexperiente na área da saúde e fiel a Bolsonaro, a gestão de Pazuello foi marcada pelo aumento estrondoso de casos e mortes

pela covid-19, entrando numa “espiral de sucessivos desgastes”. Por isso, o *Correio* reportou que o ministro estaria “com um pé fora da pasta” desde 13/03/2021, quando lideranças do Congresso Nacional se reuniram em uma conversa de tom crítico à gestão de Pazuello na pandemia. Para o jornal, a desaprovação dos parlamentares com o ministro inevitavelmente acabaria levando à abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a atuação estatal na pandemia. Ciente de tais movimentações e críticas, o ministro da Secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos, levou tais relatos ao presidente Bolsonaro, o qual mobilizou generais ligados ao Executivo para uma conversa com Pazuello no hotel de trânsito do Exército, em Brasília. Lá, Bolsonaro informou-lhe que precisaria substituí-lo. Ademais, o *Correio* também ressaltou que “Não é de agora que os líderes do chamado Centrão querem desmilitarizar o Ministério da Saúde” e classificou como despreparada a alta cúpula da pasta. Por outro lado, o *Correio* relatou que Pazuello, frente às especulações de sua saída por problemas de saúde, negou estar doente e também afirmou que não deixaria a pasta no dia 14/03/2021. O jornal *Folha de S. Paulo* acrescentou que havia confirmado que Pazuello disse a Bolsonaro ter problemas cardíacos e ainda guardar sequelas da infecção de covid-19 que sofreu em outubro de 2020. Ademais, a *Folha* acrescentou que os secretários estaduais da Saúde também estariam profundamente insatisfeitos com Pazuello, visto o iminente colapso hospitalar ao redor do país. Sobre a sucessão de Pazuello, a *Folha* relatou uma preferência da ala militar do governo por um nome mais técnico, como forma de recuperar o desgaste sofrido por Bolsonaro recentemente, além dessa mesma ala recomendar uma “guinada” que distanciasse a imagem de negacionista do presidente frente ao crescimento dos óbitos por covid-19 no país. O jornal *O Estado de S. Paulo* reiterou os eventos relatados pelos outros jornais e também acrescentou que vários políticos e parlamentares avaliavam que Pazuello “se inviabilizou como ministro”. Finalmente, os jornais noticiaram no dia 16/03/2021 a substituição do general pelo médico Marcelo Queiroga na pasta da Saúde. A intenção de Bolsonaro ao nomear um médico alinhado às suas ideologias, de acordo com o *Correio*, é transmitir uma imagem “de que segue as determinações da medicina na gestão da pandemia do novo coronavírus”. Neste sentido, ao falar sobre o plano de vacinação, Bolsonaro declarou que “o trabalho do Pazuello está muito bem-feito, a parte de gestão foi muito bem-feita por ele”, mas que partirá para “uma parte mais agressiva”. Nesse cenário, o advogado Thiago Amparo, em coluna opinativa para a *Folha*, analisou que a imagem do Zé Gotinha com uma vacina em formato de fuzil compartilhada por Eduardo Bolsonaro sintetiza “o atual estado das coisas”. Amparo denominou a gestão de Pazuello e a atuação dos militares no combate à pandemia de “desastre”. Na sua visão, Pazuello sairia “humilhado” por seus erros e os de seu chefe, o presidente Bolsonaro. Em editorial, a *Folha* apontou que a mudança não é “garantia de uma nova e menos desastrosa gestão” e que o general será o “bode expiatório” para justificar “a guinada inverossímil em curso no tocante às vacinas que o presidente sempre negligenciou, quando não sabotou”. De acordo com a *Folha*, em “último ato”, Pazuello alegou ter concluído contratos para a aquisição de 138 milhões de doses das vacinas Pfizer e Janssen. Em coluna ao *Correio*, a jornalista Denise Rothenburg destacou que os militares estariam “aliviados” com a saída de Pazuello da pasta. Mencionou que havia um “desconforto no pessoal da ativa” desde que Bolsonaro declarou em uma live que seus opositores estavam

criticando a atuação de um general, indicando que haveria reações. O jornalista Igor Gielow, em coluna à *Folha de S. Paulo*, destacou que a gestão desastrosa de Pazuello “concentra todas as contradições” da relação entre Bolsonaro e as forças armadas. Rememorou que Pazuello, general três-estrelas, gozava de boa reputação por sua atuação como coordenador logístico da Amazonlog-17 em 2017, uma simulação de atendimento humanitário a refugiados na fronteira com Colômbia e Peru, e por sua gestão na Operação Acolhida para refugiados venezuelanos em 2018, além de ter sido “efusivamente” elogiado pelo ex-comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas. Para o colunista, os problemas relacionados à pandemia estavam “acima das capacidades do general” e a “missão” se corrompeu quando ele “baixou a cabeça a Bolsonaro”. Como resultado, ao menos dez processos foram instaurados, com destaque para o desastre de Manaus, capital do Amazonas, que podem colocar Pazuello e militares, por “extensão simbólica”, no banco dos réus. Conforme Gielow, o peso recaído sobre as forças armadas é ainda mais alto por Pazuello não ter passado para a reserva, embora generais da ativa tenham tentado dissociar sua imagem daqueles que compunham o governo. Além de não ir para a reserva, Pazuello tentou articular uma passagem “inexistente” para o posto de quatro-estrelas. Afirmou que para as forças armadas e sobretudo, o Exército, “sobrou o ônus de imagem”. O afastamento crescente de oficiais da ativa desde que Bolsonaro “namorou hordas golpistas na rua” em 2020, mas difuso com a nomeação de Pazuello, será novamente restabelecido, de acordo com o jornalista. No entanto, o “dano de imagem aos fardados” perdurará por muito mais tempo. (Correio Braziliense - Política - 15/03/21; Correio Braziliense - Política - 16/03/21; Correio Braziliense - Capa - 16/03/21; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 15/03/21; Folha de S. Paulo - Saúde - 15/03/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 16/03/21; Folha de S. Paulo - Saúde - 16/03/21; O Estado de S. Paulo - 15/03/21)

5- Deputado que fez apologia à ditadura militar cumprirá prisão domiciliar

De acordo com os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 14/03/2021 o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, concedeu ao deputado federal Daniel Lúcio da Silveira prisão domiciliar, com uso da tornozeleira eletrônica enquanto estiver detido, podendo assim voltar às atividades na Câmara dos Deputados. Segundo o *Correio Braziliense*, o parlamentar foi detido no dia 16/02/2021 em razão de um vídeo no qual proferia ofensas aos ministros do STF e fazia apologia ao regime militar (1964-1985) - com a defesa do Ato Institucional No. 5 (AI-5), o mais repressivo do regime - e de atos antidemocráticos. Mesmo com ampliação da liberdade, o *Correio* ressaltou que Silveira não poderá mais usar redes sociais ou ter contato com outros investigados por atos antidemocráticos, e só poderá conceder entrevistas com autorização da Justiça. Mesmo assinando a decisão, Moraes também ressaltou que os atos do parlamentar eram “gravíssimos” e constituíam atentado ao Estado democrático de direito. Ademais, a *Folha de S. Paulo* acrescentou que a prisão de Silveira havia sido uma “resposta” do STF ao ex-comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, já que o vídeo que incriminou Silveira incluía respostas a uma nota divulgada pelo ministro do STF, Edson Fachin, que condenava as maquinações reveladas recentemente sobre o envolvimento da alta cúpula do Exército - a qual era então liderada por Villas Bôas - no tuíte de 2018 que pressionou o Supremo a não aceitar o habeas corpus

do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O jornal *O Estado de S. Paulo* lembrou também que desde fevereiro Silveira está sendo investigado por denúncias apresentadas pela Procuradoria Geral da República (PGR) por “incitar animosidades entre o tribunal [STF] e as Forças Armadas”, além de apontar que a fala de Moraes deu destaque à acusação de perpetuar atos antidemocráticos e defender o AI-5. (Correio Braziliense - Política - 15/03/21; Folha de S. Paulo - Poder - 15/02/21; O Estado de S. Paulo - Política - 15/03/21)

6- Gastos da Justiça Militar aumentaram consideravelmente em 2020

De acordo com levantamento da *Folha de S. Paulo*, os gastos do judiciário brasileiro em 2020 aumentaram consideravelmente, incluindo a Justiça Militar. O jornal explicou que procuradores e juízes federais, além de salários, auxílios e abonos de permanência, ganham benefícios que não são submetidos ao teto salarial do funcionalismo público. Um exemplo são os R\$149 milhões pagos em licenças prêmio - benefício por tempo de serviço previsto por lei - pelo Ministério Público da União a procuradores da Justiça Militar e do Trabalho e Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. Além disso, juízes militares da esfera federal também ajuntaram gratificação por acúmulo de ofício equivalentes a R\$966 mil, valor superior ao de 2019. Somente o Ministério Público Militar obteve R\$6,7 milhões em licenças-prêmio, R\$3,5 milhões em parcelas de equivalência e R\$1,5 milhão em gratificações por acúmulo de ofícios. (Folha de S. Paulo - Poder - 15/03/21)

7- Consequências da desastrosa gestão Bolsonaro-Pazuello na área da saúde

Em coluna opinativa para *O Estado de S. Paulo*, Marcelo Godoy teceu duras críticas ao presidente da República, Jair Bolsonaro, e seus equívocos quanto à condução da crise sanitária. Na avaliação de Godoy, tais equívocos, somados à decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin de anular as condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, “reacenderam em generais desvinculados de Jair Bolsonaro o receio do retorno da esquerda no poder”. Alguns desses militares tentam se distanciar do governo Bolsonaro, que ora é comparado ao do venezuelano Hugo Chaves e ora é comparado ao do ex-ditador argentino Leopoldo Galtieri, ambos militares, mas em posições opostas no espectro político. O segundo é o ex-presidente argentino que liderou o país durante a Guerra das Malvinas (1982), conflito no Atlântico Sul que retirou os militares da política argentina após a derrota dos platinos. Segundo Godoy, os militares receosos com o governo avaliam que Bolsonaro e seus generais próximos criaram as condições para uma crise quando admitiram “palpiteiros desinformados e inconsequentes” nas decisões da Saúde, culminando na ascensão do general Eduardo Pazuello ao Ministério da Saúde, que caso bem-sucedido no combate à pandemia, poderia ter um futuro político pela frente. Porém, na avaliação de Godoy, a crise sanitária se aprofundou e afetou negativamente a imagem dos militares. Outra crítica tecida por Godoy foi a apatia de Bolsonaro perante a agonia dos profissionais da saúde e doentes. Fazendo uma comparação com o general estadunidense da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), George S. Patton, que “visitava enfermarias para honrar seus heróis”, enquanto Bolsonaro “não visita hospitais nem leva conforto aos doentes”. Ademais, o colunista prospectou a visão dos militares sobre o pleito

presidencial de 2022. Com Bolsonaro, eles teriam garantidas suas verbas blindadas, prestígio, aumentos de salário e cargos públicos; com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) há apreensões sobre a defesa do partido pela criação de uma Guarda Nacional que afastaria as forças armadas das operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), além de questionamentos a respeito das aposentadorias; já no Partido dos Trabalhadores (PT), existem defesas de maiores empecilhos legais para o acesso de militares a cargos públicos, limitação da atuação das forças armadas em operações de GLO e maior subordinação das mesmas ao Ministério da Defesa. Por fim, comparando a situação de Bolsonaro com a de Galtieri na Guerra das Malvinas, Godoy avaliou que “a crise na saúde não será suficiente para derrotar Bolsonaro” da mesma forma como o fracasso militar fez Galtieri cair. Porém, assim como o afundamento do cruzador Belgrano na Guerra - episódio marcante e dramático para os argentinos - não finalizou o “drama argentino”, a queda de Pazuello não encerrará a crise, cabendo ao povo brasileiro “saber se os generais vão acompanhar o presidente até o fim”. (O Estado de S. Paulo - Política - 15/03/21)

8- Caça da aeronáutica inicia testes em velocidade supersônica no Brasil

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o novo caça brasileiro, o Saab Gripen E, iniciou a fase de testes em velocidade supersônica no dia 26/02/2021 em Gavião Peixoto, interior de São Paulo. Nos testes supersônicos, vitais para aferir os limites dos sistemas da aeronave, estima-se que a velocidade atingida pelo caça atinja até duas vezes a velocidade do som, cerca de 2.400 km/h. Segundo a *Folha*, ao romper a barreira do som, pouco depois dos 1.200 km/h, um grande estrondo é ouvido, e, portanto, os testes são realizados em uma região mais desabitada, a noroeste do município, a uma altitude de 5.000 metros, para evitar incomodar os moradores. Por ora, os testes são conduzidos por um piloto sueco, mas desde janeiro militares da Força Aérea Brasileira (FAB) estão em treinamento operacional na Suécia. O caça Gripen F, que se difere do Gripen E por ter dois lugares, está sendo desenvolvido em parceria com a Embraer também em Gavião Peixoto, onde são testados parâmetros de voo, exposição ao clima tropical e a integração de armas e sistema de comunicação criptografada. Segundo o jornal, os Gripen substituirão progressivamente os F-5 e AMX em serviço no país. O desejo da FAB é uma frota expandida de 120 aviões, porém esbarra em dificuldades orçamentárias, enquanto Saab e Embraer vislumbram usar a base brasileira para fabricar caças para o mercado externo. (Folha de S. Paulo - Poder - 17/03/21)

9- Justiça autorizou a manutenção de nota publicada pelo governo Bolsonaro exaltando o golpe militar de 1964

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5.ª Região (TRF-5) derrubou decisão da Justiça Federal do Rio Grande do Norte que determinava a exclusão da nota intitulada “Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964”, publicada no site do Ministério da Defesa e assinada pelo general Fernando Azevedo e Silva, ministro da pasta, e pelos três chefes das Forças Armadas. Além de autorizar a manutenção do comunicado, o TRF-5 também permitiu a publicação de anúncios comemorando o golpe de 1964 nos meios de comunicação, prática também

proibida pela decisão derrubada. A nota descrevia o golpe de 64 como um “marco da democracia brasileira”, por supostamente ter protegido o país de uma ameaça socialista em meio à Guerra Fria. Segundo a *Folha*, a decisão do TRF em questão foi justificada por considerar que a nota “não ofende os postulados do Estado democrático de Direito e nem os valores constitucionais da separação dos Poderes ou da liberdade”, como afirmou o relator do processo, o juiz federal Rogério Fialho Moreira. (Folha de S. Paulo - Poder - 19/03/21; O Estado de S. Paulo - Política - 19/03/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Muniz Fernandes (Redator, graduando em Relações Internacionais); Jonas de Paula Vieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Lisa Barbosa (mestranda em Relações Internacionais); Leonardo Pontes Vinhó (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais).